

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.003 - RJ (2019/0293993-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : **DEVA VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADOS : **DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - MG056543**
GUSTAVO ANDERE CRUZ - MG068004
LEONARDO GUIMARÃES PEREIRA E OUTRO(S) - MG084293
GUSTAVO ELIAS MACEDO DOS SANTOS - MG176927
GÉSSICA BERNARDO PICULI - BA052275
RECLAMADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
INTERES. : **GERALDO CARLOS FIGUEIRA DE SOUZA**
ADVOGADOS : **FERNANDO DOS SANTOS VOLPATO - RJ129607**
TATIANA BIANCHINI DALPÉRIO - RJ129812

EMENTA

RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM TERIA USURPADO A COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE SITUAÇÃO QUE POSSA LEGITIMAR O USO DA VIA ELEITA. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA.

DECISÃO

Cuida-se de reclamação apresentada por Deva Veículos Ltda., com fundamento nos arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal; 988 do CPC/2015; e 187 do RISTJ, em que se argumenta, em suma, que a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro teria usurpado a competência deste Superior Tribunal de Justiça, ao inadmitir o agravo em recurso especial, sem remetê-lo a este Tribunal, em descumprimento do que dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC/2015.

A controvérsia subjacente ao recurso especial tem origem no cumprimento de sentença em ação de obrigação de fazer, notadamente no que se refere à cobrança de valor que reputa exorbitante a título de astreintes (R\$ 123.000,00 - cento e vinte e três mil reais), o qual não guardaria proporcionalidade com a indicação do serviço que não teria sido feito no veículo do autor.

Informa que manejou agravo de instrumento na Corte local pleiteando a redução da multa imposta. Todavia, o recurso foi desprovido, ensejando a interposição de recurso especial, o qual foi inadmitido. Contra essa decisão, afirma ter apresentado o agravo previsto no art. 1.042 do CPC/2015, o qual também teve o seguimento obstado

Superior Tribunal de Justiça

pelo Tribunal estadual. Daí o ajuizamento da presente reclamação, ao argumento de que cabe ao presidente ou vice-presidente do TJRJ apenas processar o agravo, não lhe sendo permitido negar seguimento ao recurso. Cumpre-lhe tão somente determinar a remessa dos autos à Corte Superior competente, o que não foi observado no caso.

Invocando o art. 989, II, do NCPC, requer a concessão de efeito suspensivo ao cumprimento de sentença a fim de evitar a ocorrência de dano irreparável, ante a iminência da prática de atos expropriatórios.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a reclamação constitucional, prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal, bem como no art. 988 do CPC/2015, constitui ação destinada a preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou a garantir a autoridade de suas decisões, bem como a assegurar observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Ao que se depreende, no caso em análise, não está configurada nenhuma dessas situações, tendo em vista que, na origem, a reclamante interpôs agravo interno, com fundamento no art. 1.021 do CPC/2015, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, em observância ao art. 1.030, V, do NCPC (e-STJ, fls. 127/131).

Logo, o recurso era manifestamente incabível, uma vez que, da decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042" (CPC/2015, § 1º do art. 1.030).

Confira-se, a propósito, o comando do art. 1.042, *caput*, mencionado acima:

Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Ressalte-se que a inadmissão do recurso especial (ou seja, decisão nos termos do art. 1.030, inciso V) não se funda em entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos, razão pela qual enseja,

Superior Tribunal de Justiça

unicamente, a interposição de agravo, revelando-se manifestamente descabido o uso do agravo interno, assim como procedeu a ora reclamante.

Aliás, a apresentação de agravo interno dirigido ao Órgão Especial do Tribunal estadual só é admitida contra decisão que nega seguimento ao recurso especial com base no art. 1.030, I, *b*, conforme o comando expresso do art. 1.030, § 2º, do NCPC, que tem o seguinte teor:

Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Cumpre assinalar que a reclamação não se destina à reforma de decisões proferidas pelas instâncias ordinárias em desconformidade, alegadamente, com dispositivos processuais ou enunciado sumular que não se reveste de caráter vinculante (ou com jurisprudência desta Corte de Justiça não firmada em recurso especial repetitivo), a pretexto de o ato judicial ser teratológico, especialmente no caso, em que a decisão reclamada nem sequer foi emanada de Turma Recursal.

No caso que ora se examina, portanto, não há se falar que tenha ocorrido usurpação de competência deste Superior Tribunal de Justiça, porquanto limitou-se o Tribunal de origem a realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, nos estreitos limites do que lhe faculta a lei processual.

Ante o exposto, não conheço da presente reclamação.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator